

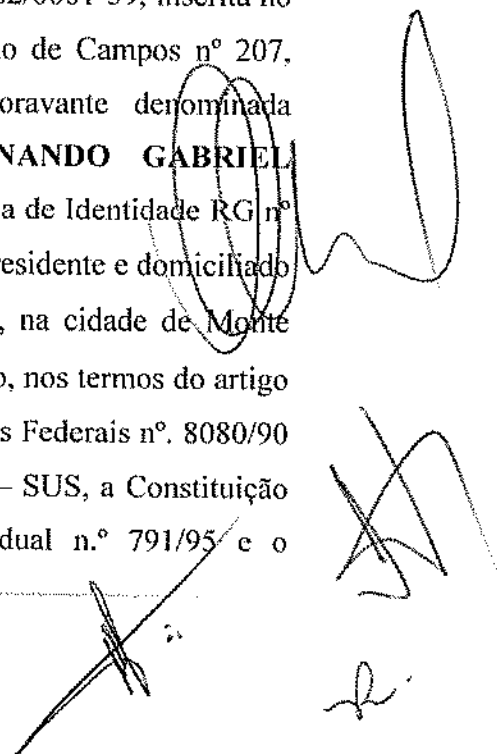
TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2023

Autorizado no

Processo Administrativo nº 15761/2022.

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE AMPARO - CONVENIENTE E A BENEFICÊNCIA PORTUGUESA DE AMPARO - CONVENIADA, COM OBJETIVO DE ESTABELEECER, EM REGIME DE COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE OS PARTÍCIPES, UM PROGRAMA DE PARCERIA NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE RELATIVOS A INTERNAÇÃO CLÍNICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AMPARO.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE AMPARO**, inscrito no CNPJ sob o nº 43.465.459/0001-73, com sede a Avenida Bernardino de Campos, nº 705, Centro, na cidade de Amparo, estado de São Paulo, CEP: 13.900-450, doravante denominado simplesmente **CONVENIENTE**, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **Dr. CARLOS ALBERTO MARTINS**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.613.518-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF 217.166.308-46, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representada pelo Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Saúde, Sr. **GILBERTO FERREIRA MARTINS JUNIOR**, brasileiro, advogado, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.846.183-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 090.964.678-33, na qualidade de gestor do Sistema Único de Saúde Municipal - SUS, e, de outro, a **BENEFICÊNCIA PORTUGUESA DE AMPARO**, sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 43.464.882/0001-59, inscrita no CNES sob o nº 2082195, com sede a Avenida Bernardino de Campos nº 207, Centro, na cidade de Amparo, Estado de São Paulo, doravante denominada **CONVENIADA**, neste ato representada pelo Sr. **FERNANDO GABRIEL CAZOTTO**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.987.412 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 015.869.828-26, residente e domiciliado na Alameda das Pinhas nº 400, Condomínio Fazenda Orypaba, na cidade de Monte Alegre do Sul/SP resolvem as partes celebrar o presente Convênio, nos termos do artigo 116 da Lei Federal 8666/93 e suas alterações, no que couber, Leis Federais nº. 8080/90 e 8142/90 que regem os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, a Constituição Estadual, artigo 219 e seguintes; a Lei Complementar Estadual nº 791/95 e o



SMS | SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

regramento das normas do SUS emanadas pelo Ministério da Saúde, Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo e Secretaria Municipal de Saúde de Amparo-SP, além de condições inseridas nos autos Processo Administrativo nº 15761/2022, tendo como órgão gestor deste convênio a SMS – Secretaria Municipal de Saúde, mediante as condições expressas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO Constitui o objeto do presente Termo de Convênio, estabelecer, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, um Programa de Parceria na Assistência à Saúde, para a execução de serviços médicos hospitalares em regime de Internação, relativos a contratualização no âmbito do Sistema Único de Saúde, conforme detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente instrumento.

1.1 DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONVENIADOS: Os serviços ora conveniados encontram-se discriminados no Plano de Trabalho que integra do presente Convênio, para todos os efeitos legais e serão prestados da seguinte forma pela **CONVENIADA** :

PROCEDIMENTOS	FÍSICO MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
INTERNAÇÃO AIH	15	R\$1.336,17	R\$ 20.042,20
COMPLEMENTO – INCENTIVOS INTEGRA SUS/MS			R\$ 2.455,20
COMPLEMENTO – INCENTIVOS / PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO SUS/MS			R\$ 7.975,07
VALOR TOTAL MENSAL: R\$ 30.472,82			

1.1.2 Os serviços ora conveniados serão prestados diretamente por profissionais no estabelecimento da **CONVENIADA**, os quais sejam:

- A) O membro de seu corpo clínico;
- B) O profissional que tenha vínculo de emprego com a **CONVENIADA**;
- C) O profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços à **CONVENIADA** ou, por esta, autorizado.
- D) Profissional prestador de serviço pertencente a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde.

1.1.3. No tocante à internação e ao acompanhamento do paciente, serão cumpridas as seguintes normas:

- A) A Utilização das internações acima descritos poderá variar conforme a demanda por unidade de internação, reavaliando a cada 03 (três) meses. A instituição deverá cumprir, no mínimo 90% das AIH's pactuadas e absorver até 20% a mais a quantidade pactuada.
- B) Os pacientes serão internados em enfermaria ou quarto com o número máximo de leitos previsto nas normas técnicas para hospitais;
- C) É vedada a cobrança por serviços médicos, hospitalares, exames, medicamentos ou outros serviços ou insumos complementares da assistência devida ao paciente;
- D) A **CONVENIADA** responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Convênio;
- E) Nas internações de crianças, adolescentes e pessoas com mais de 60 anos, é assegurada a presença de acompanhante, em tempo integral, no hospital, podendo a **CONVENIADA** acrescer à conta hospitalar as diárias do acompanhante, correspondentes ao alojamento e alimentação.

1.1.4. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar, exercidos pelo **CONVENENTE** sobre a execução do objeto deste Convênio, os partícipes reconhecem a prerrogativa de controle e auditoria nos termos da legislação vigente, pelos órgãos gestores do SUS, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigida à **CONVENIADA**.

1.1.5. É de responsabilidade exclusiva e integral da **CONVENIADA** a utilização de pessoal para execução do objeto deste Convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o **CONVENENTE**.

1.1.6. A **CONVENIADA** se obriga a informar, diariamente, ao **CONVENENTE**, o número de vagas de internação disponíveis, a fim de manter atualizado o sistema de regulação do SUS.

1.1.7. A **CONVENIADA** fica obrigada a internar paciente, no limite dos leitos conveniados, ainda que, por falta ocasional de leito vago em enfermaria, tenha a entidade **CONVENIADA** de acomodar o paciente em instalação de nível superior à ajustada neste Convênio, sem direito a cobrança de sobre preço.

1.1.8. A CONVENIADA fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de paciente, amparado pelo SUS, na hipótese de atraso, superior a (90) noventa dias no pagamento devido, pelo Poder Público, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2.1. Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho contendo Plano de Metas, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

2.2. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONVENENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

3.1. Sem prejuízo do constante nas demais cláusulas deste Convênio, são obrigações comuns dos partícipes:

- a) elaboração de protocolos técnicos e de encaminhamento para as ações de saúde;
- b) elaboração do Plano Operativo;
- c) educação permanente de recursos humanos;
- d) aprimoramento da atenção à saúde.

3.1.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

A) Transferir à **CONVENIADA** os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Municipal e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

B) Acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento das metas previamente estabelecidas, comunicando à **CONVENIADA** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação de prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

C) Analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;

D) Analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma e prazo fixados em lei, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços

DE SAÚDE

conveniados;

E) Notificar a **CONVENIADA** quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial;

F) Prover as condições necessárias às atividades de acompanhamento e fiscalização do Convênio firmado, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, com visitas ao local de execução que, caso não ocorram, deverão ser justificadas;

G) Acompanhar e fiscalizar a execução do Plano de trabalho, que é parte integrante deste Convênio, especialmente no que diz respeito ao cumprimento do objeto e, se for o caso, reorientar as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

H) Para fins de prestação de contas financeiras, realizar acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência do instrumento;

I) Prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes de seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

J) Para fins de prestação de contas técnica, realizar a análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos no instrumento;

K) Divulgar atos normativos e orientar a **CONVENIADA** quanto à correta execução dos projetos e atividades;

L) Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à implantação do projeto;

M) Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços conveniados;

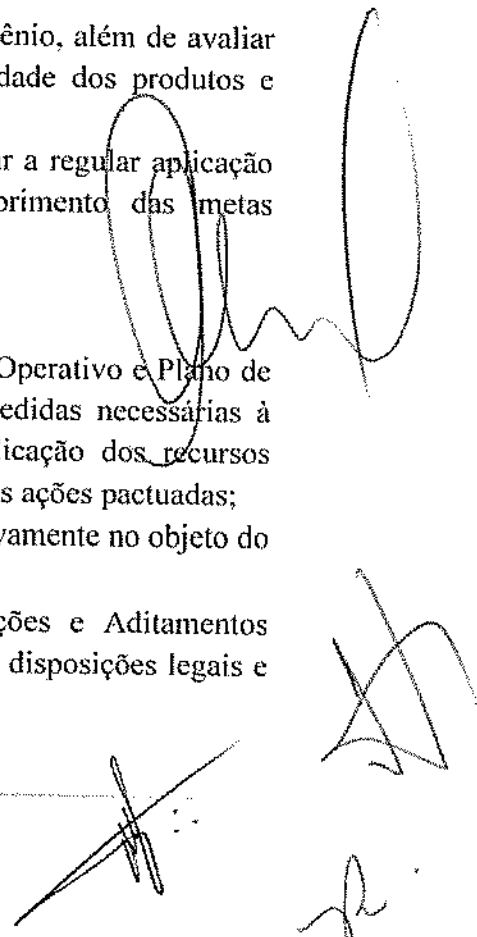
N) Atestar a execução do objeto conveniado, assim como verificar a regular aplicação dos recursos, condicionando a respectiva liberação ao cumprimento das metas previamente estabelecidas.

3.1.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

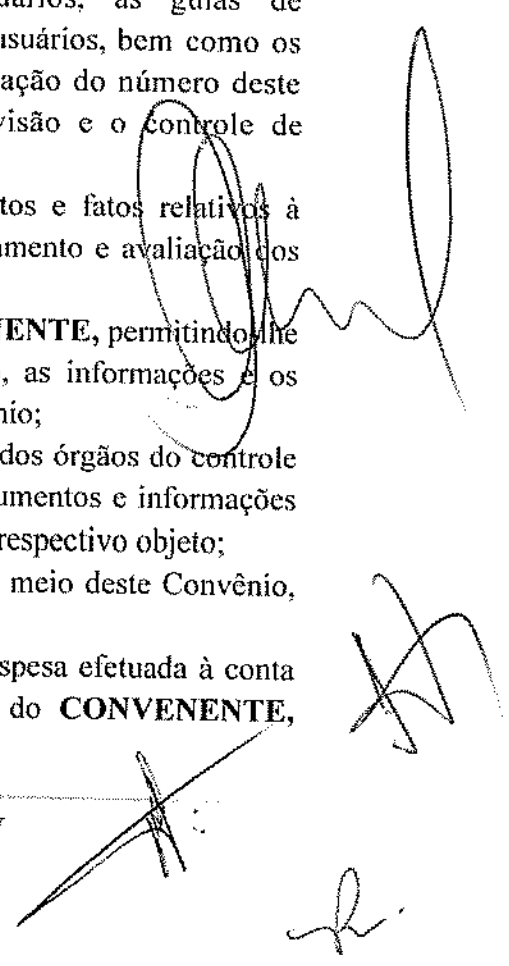
A) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano Operativo e Plano de Trabalho aprovado pelo **CONVENENTE**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio, responsabilizando-se pela aplicação dos recursos transferidos pelo **CONVENENTE**, exclusivamente na execução das ações pactuadas;

B) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

D) Cumprir integralmente os dispositivos contidos nas Instruções e Aditamentos vigentes no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie naquilo que couber;



- E) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica da execução dos serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção dos vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo **CONVENENTE** ou pelos órgãos de controle;
- F) Submeter previamente ao **CONVENENTE**, qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- G) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento de seu objeto;
- H) Restituir o valor transferido, devidamente atualizado a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:
1. Quando não for executado o objeto do Convênio;
 2. Quando não forem apresentadas, nos prazos exigidos, as prestações de contas;
 3. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- I) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento;
- J) Manter em arquivo pelo prazo de vinte anos (ressalvados os casos previstos por lei), o cadastro dos usuários da Entidade, os prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros relativos ao exercício de concessão, com a identificação do número deste Termo, com vista a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços;
- K) Manter atualizada a escrituração contábil, específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- L) Facilitar o monitoramento e o acompanhamento do **CONVENENTE**, permitindo-lhe realizar visitas "in loco" e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio;
- M) Permitir o livre acesso de servidores do **CONVENENTE** e dos órgãos do controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- N) Apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;
- O) Apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do **CONVENENTE**,



sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

P) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento;

Q) Manter o **CONVENENTE** informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;

R) Permitir ao **CONVENENTE**, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

S) Dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público competente;

T) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;

U) Manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestação dos cidadãos relacionadas ao Convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

V) Responder pela privacidade e sigilo das informações relacionadas ao objeto deste Convênio.

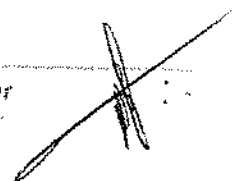
W) A **CONVENIADA** obriga-se a encaminhar ao **CONVENENTE**, nos prazos estabelecidos, os seguintes documentos ou informações:

1. Relatório mensal das atividades desenvolvidas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, conforme definido pela Comissão de Acompanhamento;

2. Faturas e demais documentos referentes aos serviços efetivamente prestados;

3. Relatório anual conforme as normas e determinações específicas emanadas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até o dia 31 de janeiro subsequente ao término do período de 12 (doze) meses da assinatura do presente termo, contendo informações e documentos necessários sobre a execução do presente Convênio,

4. Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e o Sistema de Informações Hospitalares (SIH), ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



Y) A subscrição do presente ajuste representará a submissão irrestrita da **CONVENIADA** aos preceitos que informam a Administração Pública, especialmente no que diz respeito:

1. À idoneidade e isenção de penalidade ou conduta reprovável das pessoas físicas ou jurídicas por aquele admitidas para a prestação de serviços objeto deste ajuste;
2. À utilização dos recursos na exclusiva finalidade pactuada, em estrita observância à classificação funcional programática e econômica da despesa, sob pena de desvio de finalidade na aplicação dos recursos, sem embargo das demais cominações legais.

3.1.3. DAS ATRIBUIÇÕES DA CONVENIADA:

I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, conforme legislação estabelecida pelo Conselho Federal de Medicina;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV - Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição, manter atualizado o quadro informativo sobre os profissionais médicos que estão de plantão;

V - Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Convênio;

VI - Esclarecer os pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

VII - Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

VIII - Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes;

IX - Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos religiosa e espiritualmente, por ministro de culto religioso;

X - Manter em pleno funcionamento Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH, Comissão de Análise de Óbitos, Comissão de Revisão de Prontuários, Comissão de Ética Médica e Comissão Intra-Hospitalar de Transplantes;

XI - Instalar, no prazo previsto para cada caso, qualquer outra comissão que venha a ser criada por lei ou norma infralegal, independentemente de notificação pela Secretaria Municipal de Saúde;

XII - Notificar o **CONVENIENTE**, por sua instância situada na jurisdição da **CONVENIADA**, de eventual alteração de seus Estatutos ou de sua Diretoria, enviando-lhe, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos;

XIII - Manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde -

CNES dos profissionais que prestam serviços para o estabelecimento e fornecer ao gestor municipal os dados necessários à atualização das demais informações sobre área física, equipamentos e outros;

XIV - Submeter-se à regulação instituída pelo gestor;

XV - Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto;

XVI - Atender as diretrizes da Política Nacional de Humanização e da Política Estadual de Humanização;

XVII - Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria, no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, desde que solicitado;

XVII - Submeter-se as regras e normativas do SUS, do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual da Saúde;

XIX - Utilizar, para efeito de remuneração dos serviços contratados, como referência a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPME do Sistema Único de Saúde (Tabela SUS);

XX - Apresentar o faturamento ambulatorial e/ ou hospitalar utilizando os sistemas oficiais e as versões disponibilizadas pelo Ministério da Saúde/DATASUS, em cumprimento ao cronograma de entrega definido pelo Ministério da Saúde;

XXI - Apresentar os registros dos atendimentos ambulatoriais e/ou hospitalares, realizados em um determinado mês, até o dia 10 da competência seguinte.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA: Este termo de Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, com termo inicial em 01/01/2023 e término em 31/12/2023, prorrogável nos termos da legislação vigente, mediante termo aditivo, por solicitação da **CONVENIADA** devidamente fundamentada, formulada no mínimo 30 (trinta) dias antes do seu término.

4.1. O pedido de prorrogação deverá ser acompanhado de justificativa, ao qual se fará juntada de Relatório Situacional demonstrando o atual estágio da efetiva execução do objeto da pactuação, com indicativo do percentual já alcançado;

4.2. O **CONVENIENTE** prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. **DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos

financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados anualmente em **R\$ 365.673,84** (Trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos), alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, repassados em 12 (doze) parcelas mensais no valor correspondente a R\$ 30.472,82 (trinta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos), podendo sofrer alterações decorrentes das necessidades da Instituição, de Normas do Ministério da Saúde durante sua vigência e por necessidade indicada por ambas as partes, que serão repassados na seguinte conformidade abaixo descritas, sendo as despesas com a execução do presente contrato correrão por conta da dotação 13.05.33.50 (Secretaria Municipal de Saúde / Média e Alta Complexidade / Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica) - Fonte de Recurso 05 - consoante repasse de Recurso Federal.

5.2. DOS RECURSOS PROVENIENTES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – FNS

5.2.1. Receberá ainda, a **CONVENIADA**, o valor total de até **R\$ 365.673,84** (Trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos), que corresponde ao valor mensal de R\$ 30.472,82 (trinta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos), conforme descrito:

I – R\$ 20.042,55 (Vinte mil, quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) referente as 15 (quinze) AIH's;

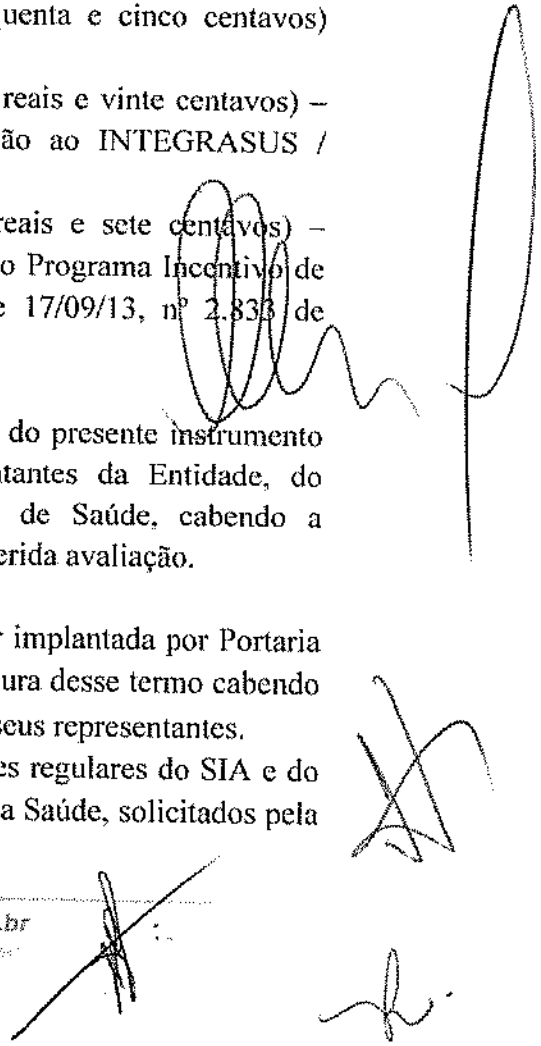
II – R\$ 2.455,20 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos) – destinado ao cumprimento das ações decorrentes da Adesão ao INTEGRASUS / Ministério da Saúde;

II – R\$7.975,07 (Sete mil, novecentos e setenta e cinco reais e sete centavos) – destinado ao cumprimento das ações decorrentes da Adesão ao Programa Incentivo de Adesão a Contratualização, conforme Portarias: nº 2035 de 17/09/13, nº 2.833 de 25/11/13 e nº 807 de 08/05/14.

5.2.2. As metas dispostas no Plano de Metas, parte integrante do presente instrumento serão avaliadas por uma comissão composta por representantes da Entidade, do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, cabendo a **CONVENIADA** fornecer os documentos solicitados para a referida avaliação.

5.2.3. A comissão de avaliação citada no item 5.2.4 deverá ser implantada por Portaria da Secretaria Municipal de Saúde em até 15 dias após a assinatura desse termo cabendo a **CONVENIADA**, neste prazo, indicar à Secretaria nome dos seus representantes.

5.2.4. A **CONVENIADA** obriga-se a apresentar as informações regulares do SIA e do SIH / SUS, ou outros porventura implantados pelo Ministério da Saúde, solicitados pela



Secretaria Municipal da Saúde.

5.2.5. Os valores financeiros deste ajuste poderão ser revistos anualmente, quando da renovação do presente Convênio, bem como as quantidades dos procedimentos ora acordadas.

5.2.6. As alterações decorrentes das necessidades da Instituição descritas acima, poderão se dar de forma quantitativa ou qualitativa, desde que devidamente comprovadas pela instituição e mediante a devida aprovação da comissão descrita no item 5.2.4 desta cláusula, através de instrumento aditivo contratual.

5.2.7. Regulamento para contratação de obras e serviços bem como para compras para emprego com recursos financeiros repassados à CONVENIADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

6.1. Os recursos financeiros relativos aos repasses do **CONVENENTE** serão depositados na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome da **CONVENIADA** em instituição financeira oficial federal.

6.2. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao presente Convênio e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica - CNPJ da entidade **CONVENIADA**.

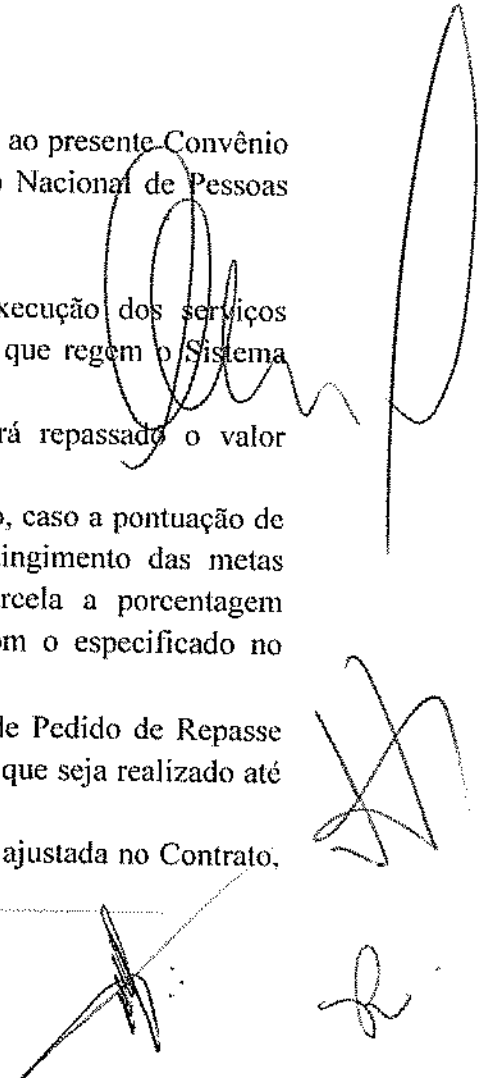
6.3. A prestação de contas, bem como o pagamento pela execução dos serviços conveniados, observarão as condições estabelecidas nas normas que regem o Sistema Único de Saúde, na seguinte conformidade:

I - Para a primeira parcela vigente do presente contrato, será repassado o valor correspondente a parcela mensal integral a contratada;

II - A partir da segunda parcela de vigência do presente Convênio, caso a pontuação de desempenho obtida pela **CONVENIADA** demonstre o não atingimento das metas estabelecidas, o **CONVENENTE** descontará do valor da parcela a porcentagem diretamente proporcional as metas não atingidas, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho e Anexo de Metas;

III - As parcelas serão pagas vinculadas à contra apresentação de Pedido de Repasse com a ordenação de pagamento do responsável da pasta, a fim de que seja realizado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da prestação de serviços;

IV - As metas contratuais serão avaliadas mensalmente, na forma ajustada no Contrato.



DE SAÚDE

e em caso de não cumprimento das metas qualitativas e quantitativas será descontada do valor de parcela mensal a porcentagem diretamente proporcional as metas não cumpridas conforme descrito no item II;

V - Os eventuais ajustes financeiros a menor, decorrentes da avaliação do não alcance das metas, serão realizados no repasse posterior;

VI - Os recursos repassados à **CONVENIADA** quando não utilizados dentro do mês deverão ser aplicados no mercado financeiro, e o resultado dessa aplicação, obrigatoriamente, deverá ser integralmente incorporado aos objetivos do Contrato;

VII - Todas as despesas eventualmente glosadas, ou não inseridas na prestação de contas, serão descontadas em repasse posterior;

VIII - Os laudos referentes à internação serão obrigatoriamente visados pelos órgãos competentes do SUS;

IX - Para fins de prova da data de apresentação da produção será entregue, a **CONVENIADA**, recibo, assinado ou rubricado pelo servidor da SECRETARIA, com aposição do respectivo carimbo funcional;

X - As contas rejeitadas pelo sistema de processamento de dados, ou pela conferência técnica e administrativa, serão devolvidas a **CONVENIADA** para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no prazo estabelecido pela Secretaria de Saúde.

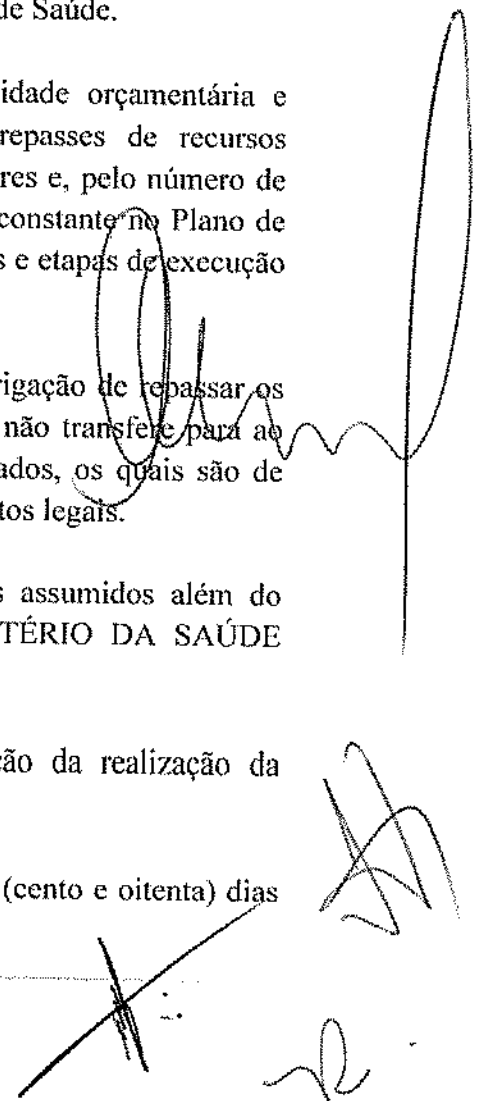
6.4. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do **CONVENENTE**, em conformidade com os repasses de recursos financeiros pelo Ministério da Saúde e demais órgãos financiadores e, pelo número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto deste instrumento.

6.5. O não cumprimento pelo **MINISTÉRIO DA SAÚDE** da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Convênio não transfere para ao **CONVENENTE** a obrigação de pagar os serviços ora conveniados, os quais são de responsabilidade do **MINISTÉRIO DA SAÚDE** para todos os efeitos legais.

6.6. O **CONVENENTE** responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, ficando o **MINISTÉRIO DA SAÚDE** exonerado do pagamento de eventual excesso.

6.7. A execução financeira será comprovada pela demonstração da realização da despesa atestada e aferida.

6.8. Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias



da liberação da primeira parcela, o instrumento deverá ser rescindido.

6.9. A liberação das parcelas do Convênio será suspensa até a correção das impropriedades constatadas, quando:

I. Não houver comprovação de boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local realizados periodicamente, constatada pelo **CONVENENTE** ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública;

II. For verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases pactuadas na execução do Convênio;

III. For descumprida, injustificadamente pela **CONVENIADA**, cláusula ou condição do Convênio;

IV. A **CONVENIADA** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo **CONVENENTE** ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

6.10. Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pela **CONVENIADA** em caderneta de poupança de instituição financeira oficial federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo;

6.11. As receitas de aplicação financeiras somente poderão ser aplicadas no objeto do Convênio, no interregno de sua vigência, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas, vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao Plano de Trabalho pactuado;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

7.1. O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2. Os recursos deverão ser mantidos na conta bancária específica do Convênio e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro nos termos da lei;

7.3. Quando a despesa for paga com recursos do instrumento e de outras fontes, a **CONVENIADA** deverá inserir na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, sendo vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

7.4. A **CONVENIADA** deverá dar ampla transparência aos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto conveniado.

7.5. Não poderão ser contratadas com recurso do presente instrumento as pessoas naturais que tenham sido condenadas por crime:

- I - contra a Administração Pública ou o patrimônio público;
- II - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ou
- III - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

7.6. A inadimplência da **CONVENIADA** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao **CONVENIENTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste instrumento.

7.7. É vedado a **CONVENIADA**, sob pena de rescisão do ajuste:

- I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- II - realizar despesa em data anterior à vigência do Convênio;
- III - efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;
- IV - pagar a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas;
- V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora de prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **CONVENIENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- VII - realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previsto no Plano de Trabalho;
- VIII - transferir recursos liberados pelo **CONVENIENTE**, no todo ou em parte, a quaisquer órgãos ou entidades que não configurem como partícipes do presente Termo, ou à conta que não a vinculada ao presente instrumento;
- IX - celebrar contrato ou Convênio com entidades impedidas de receber recursos, e
- X - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário

servidor público da ativa ou empregado, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

7.8. Faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **CONVENIADA**, devidamente identificados com o número deste Convênio e mantidos os seus originais em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição do **CONVENENTE** e dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO E ANÁLISE DE CONTAS

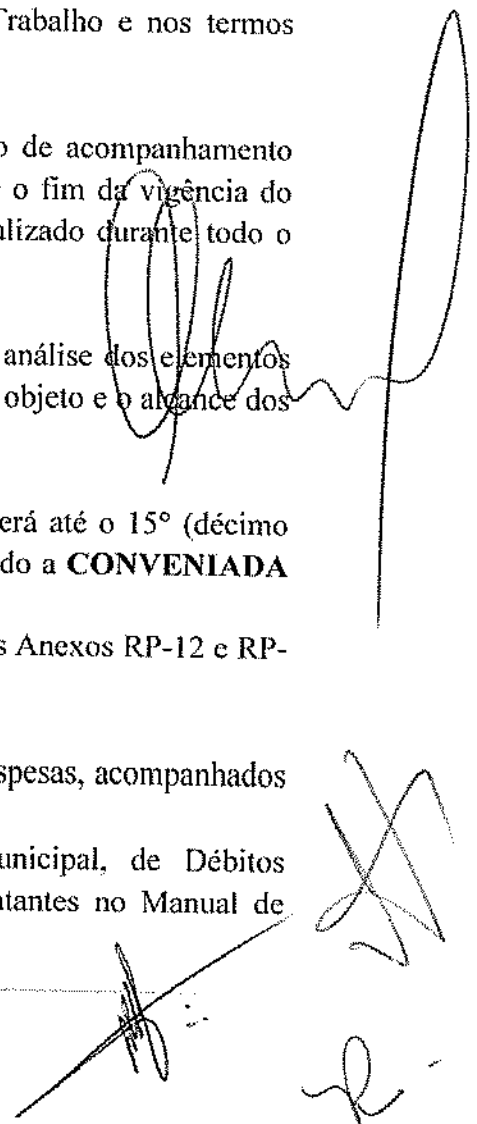
8.1. A **CONVENIADA** deverá prestar contas da sua boa e regular aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo **CONVENENTE** e dos rendimentos obtidos em aplicação no mercado financeiro, que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnico e financeiro, a execução integral do objeto deste Convênio e o alcance dos resultados previstos, na forma estabelecida no Plano de Trabalho e nos termos legais.

8.2. A prestação de contas financeira consiste no procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência do presente instrumento, devendo o registro e a verificação ser realizado durante todo o período de execução deste instrumento.

8.3. A prestação de contas técnica consiste no procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previsto nos instrumentos.

8.4. O prazo para apresentação da prestação de contas mensal será até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à execução do objeto, devendo a **CONVENIADA** apresentar para a Secretaria Municipal de Saúde:

- A) Demonstrativo das Receitas e Despesas mensais, bem como os Anexos RP-12 e RP-14;
- B) Extrato bancário da conta corrente e da aplicação financeira;
- C) Notas Fiscais Eletrônicas, Guias e demais Documentos de Despesas, acompanhados de seus respectivos comprovantes de pagamento;
- D) Certidões de Regularidade Fiscal Federal, Estadual, Municipal, de Débitos Trabalhistas e de FGTS bem como os demais documentos contantes no Manual de



Procedimentos para Convênios do Município de Amparo, instituído pelo Decreto Municipal nº 6.321 de 30 de julho de 2021.

8.5. O prazo para apresentação da prestação de contas final, conforme as normas e determinações específicas emanadas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, será até o dia 31 de janeiro subsequente ao término do período de vigência do presente termo, contendo informações sobre a execução do presente Convênio, com a apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1. Ofício de encaminhamento assinado pelo responsável legal da Instituição;

8.5.2. Certidão contendo os nomes e CPF's dos dirigentes e conselheiros da **Beneficência Portuguesa de Amparo**, forma de remuneração, períodos de atuação, com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do Convênio;

8.5.3. Relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do Convênio, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, assinado pelo representante legal da **Instituição**;

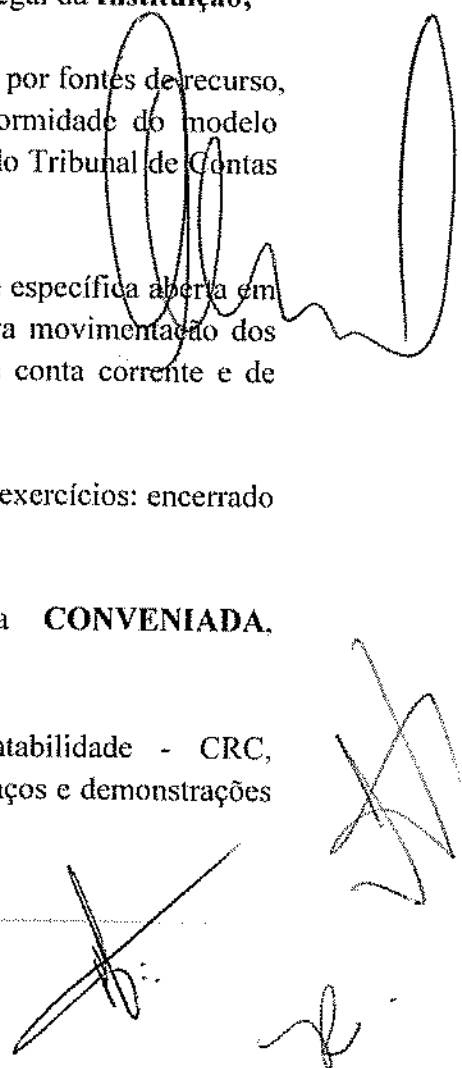
8.5.4. Demonstrativo integral das Receitas e Despesas computadas por fontes de recurso, individualizando os gastos pela forma de contratação, na conformidade do modelo contido no Anexo RP-12 das instruções consolidadas nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

8.5.5. Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo **CONVENENTE** para movimentação dos recursos do Convênio, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

8.5.6. Publicação do balanço patrimonial da **CONVENIADA** dos exercícios: encerrado e anterior;

8.5.7. Demais demonstrações contábeis e financeiras da **CONVENIADA**, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;

8.5.8. Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;



8.5.9. Comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados;

8.5.10. Declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da **CONVENIADA** de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

8.5.11. Declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigente(s) da **CONVENIADA**, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública convenente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

8.6. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido, o **CONVENENTE** estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

8.7. Se, ao término do prazo estabelecido no item 8.6, a **CONVENIADA** não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos, o **CONVENENTE** registrará a inadimplência para fins de instauração de Tomada de Contas Especial e adoção de outras medidas de reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

8.8. Caso não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos do presente Convênio, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas.

8.9. Antes da tomada de decisão final, caso constatada irregularidade na prestação de contas ou na comprovação dos resultados, o **CONVENENTE** notificará o **CONVENIADA** para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a qual será feita por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia para a Secretaria da Fazenda e para o Poder Legislativo;

8.10. A análise de prestação de contas pelo **CONVENENTE** poderá resultar em:

I. Aprovação;

II. Aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário; ou

III. Reprovação com a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

9.1. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, a **CONVENIADA**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade **CONVENENTE**, obriga-se a recolher à Unidade Gestora:

I. O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio; e

II. O valor total transferido pelo **CONVENENTE**, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

A) Quando não for executado o objeto do Convênio;

B) Quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento;

C) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

III - O valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

9.2. A devolução prevista nesta cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo **CONVENENTE**, independente da época em que foram apontados pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

10.1. Este instrumento poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta da **CONVENIADA**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao **CONVENENTE**, para análise e decisão, vedada a alteração do objeto aprovado e a inclusão de metas que não tenham relação com objeto pactuado, sempre que se evidencie a necessidade de adequação às novas Portarias e/ou do Normas do Ministério da Saúde e demais normas pertinentes aplicáveis.

10.2. O instrumento poderá ser alterado, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, nos seguintes casos:

A) Ajustes necessários para execução o objeto;

- B) No caso de ampliação quantitativa da execução do objeto pactuado; e
- C) Para redução ou exclusão de meta.

10.3. As alterações realizadas durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, deverão ser submetidas e aprovadas previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO: A execução do convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos gestores abaixo indicados:

I- Gestora indicada pelo Conveniente: Camila Marchi Casalini Sigolo, enfermeira PSF, portadora da Cédula de Identidade RG nº 43.705.888-8, inscrita no CPF sob nº 368.921.348-74.

II - Gestora indicado pela Conveniada: Edite Gallicio Broglio, Coordenadora Financeira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.033.167-X, inscrita no CPF sob nº 079.699.658-06.

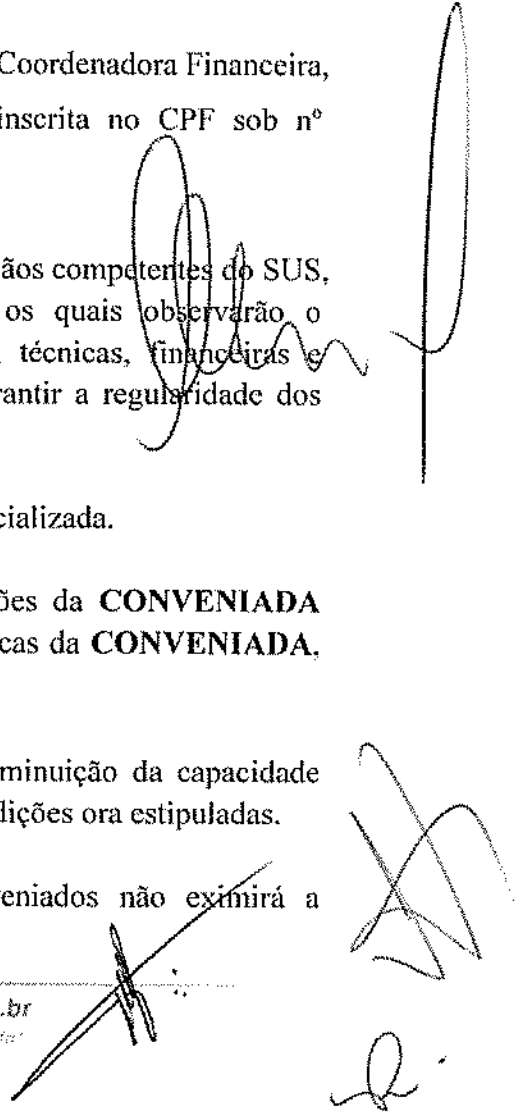
11.1. A execução do presente Convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições contratuais, físicas, técnicas, financeiras e administrativas estabelecidas neste Convênio, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução dos serviços prestados.

11.2. Poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

11.3. Anualmente, o **CONVENIENTE** vistoriará as instalações da **CONVENIADA** para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas da **CONVENIADA**, comprovada por ocasião da assinatura deste Convênio.

11.4. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da **CONVENIADA** poderá ensejar a revisão das condições ora estipuladas.

11.5. A fiscalização exercida sobre os serviços ora conveniados não eximirá a



SMS SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

CONVENIADA da sua plena responsabilidade perante o Ministério da Saúde ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do Convênio.

11.6. A **CONVENIADA** deverá promover as condições necessárias para realização e acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim.

11.6.1. No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

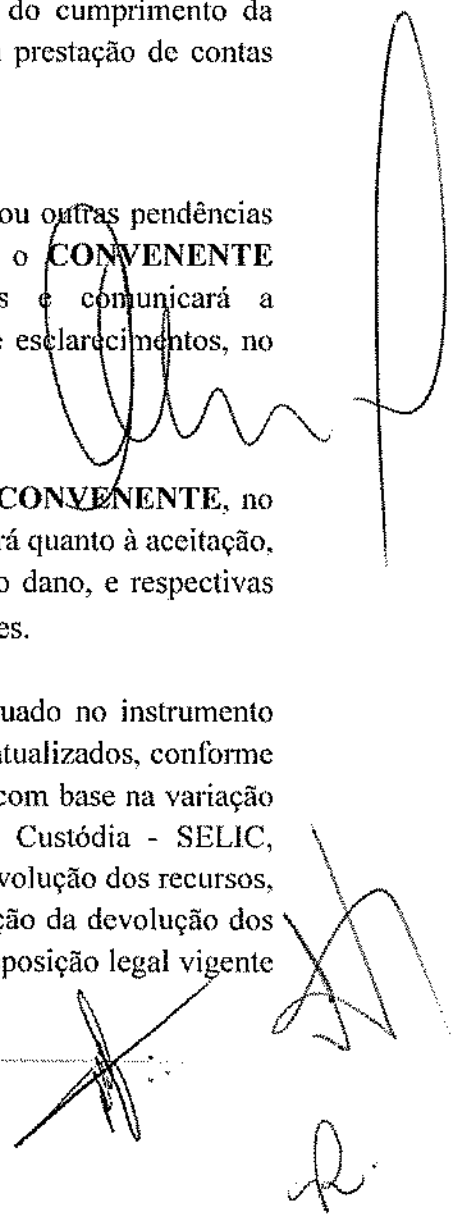
- I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II. A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III. O cumprimento das metas nas condições estabelecidas.

11.6.2. A conformidade financeira deverá ser aferida durante toda a execução do objeto, devendo ser complementada pelo acompanhamento e avaliação do cumprimento da execução física do cumprimento do objeto, quando da análise da prestação de contas final.

11.7. Constatada irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apuradas durante a execução do Convênio, o **CONVENIENTE** suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e comunicará a **CONVENIADA** para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual prazo.

11.8. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONVENIENTE**, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação, ou não, das justificativas, e se for o caso, realizará a apuração do dano, e respectivas medidas para o ressarcimento, dando ciência aos órgãos competentes.

11.9. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação da **CONVENIADA** devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro, ou outro qualquer conforme disposição legal vigente à época.



11.10. Em qualquer hipótese é assegurado à **CONVENIADA** amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos e o direito à interposição de recursos, sendo as comunicações elencadas neste artigo realizadas por meio de correspondência com aviso de recebimento – AR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA: Qualquer um dos partícipes poderá denunciar o presente Convênio, com comunicação do fato, por escrito, com antecedência mínima de 120 dias, devendo ser respeitado o andamento de atividades que não puderem ser interrompidas neste prazo ou que possam causar prejuízos à saúde da população, quando então será respeitado o prazo de 180 dias para o encerramento deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente Convênio poderá ser rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:

- A) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- B) Inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- C) Constatação, a qualquer tempo, de fornecimento de informações incompletas, falsas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo **CONVENENTE**;
- D) Ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, a avaliação e a auditoria pelos órgãos competentes ou do Ministério da Saúde;
- E) Ausência de entrega dos relatórios mensais e anuais;
- F) Ausência de observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde;
- G) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas especial; e
- H) Ocorrência da inexecução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, comprovada nos termos legais;

15.2. A rescisão do presente instrumento, quando resulte dano ao erário, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DESCONTINUIDADE DA EXECUÇÃO

DO OBJETO: Na hipótese de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica facultado ao **CONVENENTE** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Convênio, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONVENIADA

15.1. A **CONVENIADA** responsabiliza-se exclusivamente pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência em que seus empregados, profissionais ou prepostos, nessa qualidade causarem aos usuários, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis ou imóveis objetos de permissão de uso, ressalvado o desgaste natural pelo uso correto, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

15.2. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Convênio pelos órgãos competentes do SUS, não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONVENIADA** nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislação existente.

15.3. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

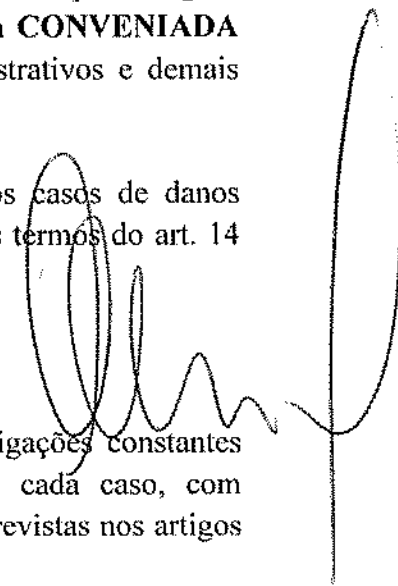
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1. A inobservância, pela **CONVENIADA**, de cláusulas ou obrigações constantes deste instrumentos, autorizará o **CONVENENTE** a aplicar em cada caso, com observância do direito ao contraditório e ampla defesa, as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações, quais sejam:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar, bem como de celebrar Convênios e parcerias com a Administração Pública, por prazo superior a 02 (dois) anos;

16.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, bem como de celebrar Convênios e parcerias com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos



determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

16.2. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula, será proporcional à gravidade do fato que a motivar, consideradas as circunstâncias objetivas do caso, e dela será notificada a **CONVENIADA**.

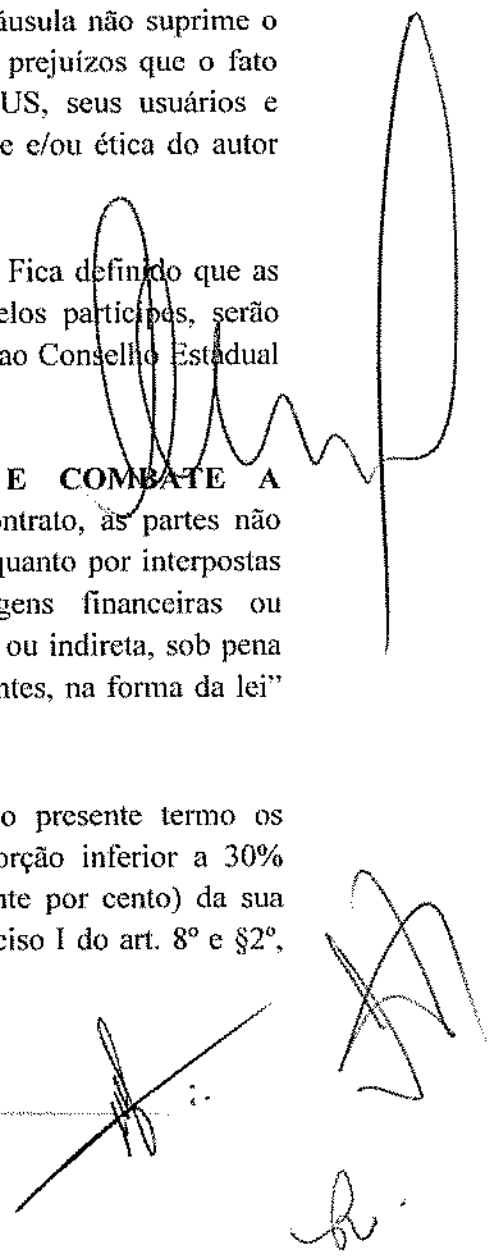
16.3. Caberá recurso à autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde, em face da decisão que aplicar à **CONVENIADA** quaisquer sanções indicadas nesta cláusula, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação, na imprensa oficial da decisão recorrida.

16.4. A imposição de quaisquer das sanções estipuladas nesta cláusula não suprime o direito do **CONVENIENTE** de exigir indenização integral pelos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminalmente e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS: Fica definido que as questões que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos partícipes, serão encaminhadas ao Conselho Municipal de Saúde, cabendo recurso ao Conselho Estadual de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PREVENÇÃO E COMBATE A CORRUPÇÃO: “Na execução e por força do objeto deste contrato, as partes não poderão pedir, oferecer, dar ou receber, tanto por conta própria quanto por interpostas pessoas, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios patrimoniais de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta, sob pena de responderem aos processos administrativos e judiciais pertinentes, na forma da lei” Decreto Municipal nº 5.505, de 30 de junho de 2016, art. 1º.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA GRATUIDADE: Através do presente termo os partícipes manifestam interesse em contratar serviços na proporção inferior a 30% (trinta por cento), devendo a **CONVENIADA** aplicar 20% (vinte por cento) da sua receita em gratuidade na área de saúde, conforme disposto no inciso I do art. 8º e §2º, art. 8º-A da Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO: Fica eleito o Foro da cidade de Amparo/SP para dirimir as questões deste Convênio porventura surgidas em decorrência de sua execução e que não puderem ser resolvidas administrativamente, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, é digitado este instrumento somente no anverso de 24(vinte e quatro) folhas, e em 02 (duas) vias originais de igual teor, que após lido e achado conforme, vai rubricado nas 23 (vinte e três) folhas e assinado na última folha pelas partes inicialmente nomeadas, na presença das testemunhas abaixo arroladas, extraindo-se suficientes cópias que se fizerem necessárias.

Amparo, 02 de janeiro de 2023.



CARLOS ALBERTO MARTINS
Prefeito Municipal de Amparo



FERNANDO GABRIEL CAZOTTO
Presidente da Entidade

TESTEMUNHAS:



1- GILBERTO FERREIRA MARTINS JUNIOR
RG nº 20.846.183-8



2- ROSANA AP. B. BARROS BUENO
RG Nº 16.803-100